

A cultura como resistência à estrutura agrária: o caso dos agricultores familiares na colônia do Apiaú-RR

Selma Suely Baçal de Oliveira¹, Osmiriz Lima Feitosa²

^{1,2} Universidade Federal do Amazonas - UFAM. Faculdade de Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação. Avenida General Rodrigo Otávio Jordão Ramos, 1200. Coroado I, Manaus - AM. Brasil.

Autor para correspondência/Author for correspondence: selmabacal@ufam.edu.br

RESUMO. O artigo propõe refletir as mudanças sociais, políticas e culturais do campo considerando que o espaço rural apresenta contradição diante das políticas públicas dos últimos anos. O objetivo é destacar a importância da cultura dos agricultores familiares como resistência à estrutura agrária no campo frente às políticas agrárias que se apresentam legitimadoras da expansão do capital. Buscou fundamentar as discussões à luz de autores que discutem a questão agrária, entre eles: Wanderley (2009), Prado Júnior (2000), Ianni (2004) e o conceito de cultura, tais como: Canclini (2015), Thompson (1998), Grignon (2009) e Eagleton (2011), destacando a importância da cultura dos sujeitos do campo em oposição à classe dominante. A metodologia utilizada foi de caráter bibliográfico e empírico através de depoimentos dos agricultores familiares na análise dos resultados. Evidencia que as políticas agrárias buscam a regulação dos sujeitos do campo para se adequar ao modelo latifundiário, enquanto a cultura construída por meio das relações sociais do campo revela contradição na estrutura agrária, tornando uma ferramenta de resistência à concentração fundiária.

Palavras-chave: Políticas Agrárias, Cultura, Agricultura Familiar e Espaço Rural.

The culture as resistance to the agricultural structure: The case of the family farmers in the Apiaú-RR Colony

ABSTRACT. The article proposes to reflect on the social, political and cultural changes in the field, considering that the rural area presents a contradiction in the face of public policies in recent years. The objective is to emphasise the importance of the culture of family member as resistance to agricultural structure in the field before the agrarian policies that are legitimating the expansion of capital. Base on the discussion according to authors that debate about the agrarian concern, among them: Wanderley (2009), Prado Júnior (2000), Ianni (2004) and the concept of culture, such as: Canclini (2015), Thompson (1998), Grignon (2009) and Eagleton (2011), highlighting the importance of the culture of the subjects in the field in opposition to the ruling class. The methodology used was bibliographic and empirical, through testimonies of the family farmers in the analysis of the results. It evidences that the agrarian policies seek the regulation of the subjects of the field to adapt to the landowner model, while the culture constructed through the social relations of the field reveals contradiction in the agrarian culture, becoming a tool of resistance to land ownership concentration.

Keywords: Agricultural Policies, Culture, Family Farming and Rural Area.

La cultura como resistencia a la estructura agraria: el caso de los agricultores familiares en la colonia del Apiaú-RR

RESUMEN. El artículo propone reflejar los cambios sociales, políticos y culturales del campo considerando que el espacio rural presenta contradicción ante las políticas públicas de los últimos años. El objetivo es destacar la importancia de la cultura de los agricultores familiares como resistencia a la estructura agraria en el campo frente a las políticas agrarias que se presentan legitimadoras de la expansión del capital. Intentó fundamentar las discusiones a la luz los autores que discutieron el tema agrario, entre ellos: Wanderley (2009), Prado Júnior (2000), Ianni (2004) y el concepto de cultura, tales como: Canclini (2015), Thompson (1998), Grignon (2009) y Eagleton (2011), destacando la importancia de la cultura de los sujetos rurales en oposición la clase dominante. La metodología utilizada fue de carácter bibliográfico y empírico a través de testimonios de los agricultores familiares en el análisis de los resultados. Evidencia que las políticas agrarias buscan la regulación de los sujetos del campo para adecuarse al modelo latifundista, mientras que la cultura construida por medio de las relaciones sociales del campo revela contradicción en la estructura agraria, haciendo una herramienta de resistencia a la concentración agraria

Palabras clave: Políticas Agrarias, Cultura, Agricultura Familiar y Espacio Rural.

Introdução

Analisar a conjuntura histórica da ocupação do espaço rural amazônico não é tarefa fácil, pois exige aprofundamento dos estudos sobre os impactos das políticas agrárias implantadas nos rincões da Amazônia nas últimas décadas, entre elas: o projeto de integração nacional, os projetos de mineração e industrialização, os projetos de colonização, de assentamentos dirigidos e tantos outros que caminham nessa perspectiva. Logo, surge um questionamento sobre o espaço rural amazônico, de que forma as políticas agrárias têm possibilitado autonomia dos sujeitos amazônicos, apresentando formas de resistência às transformações sociais e econômicas do modelo agrário? Diante da problemática apresentada em face à multiplicidade dos sujeitos amazônicos, tais como: agricultores, ribeirinhos, camponeses, seringueiros, assentados e indígenas que possuem especificidades, são necessárias políticas agrárias setoriais direcionadas ao modo de vida do campo para garantir os direitos básicos. Nesse sentido, aprofundamos as reflexões para a categoria agricultores familiares.

Realizamos as reflexões com base nos autores que discutem sobre a identidade dos agricultores familiares do espaço rural amazônico no contexto atual, porém as análises propostas aqui, não

esgotarão o debate mediante a diversidade e complexidade deste grupo, sendo importante frisar que as concepções dos autores divergem nas afirmações e proposições do tema. O objetivo é destacar a cultura dos agricultores familiares como forma de resistência à estrutura agrária do espaço rural frente às políticas agrárias que se apresentam legitimadoras da expansão do capitalismo no campo. Metodologicamente utilizou a pesquisa bibliográfica e pesquisa de campo através de depoimentos dos agricultores familiares e gestores da casa de agricultura do Apiaú-RR, além de um aporte teórico no viés do materialismo dialético discutindo a questão agrária e a cultura, estabelecendo um diálogo entre pensadores da questão agrária e do conceito de cultura, a saber: Caio Prado Júnior (2000), Nazaré Wanderley (2009), Maria das Graças Lustosa (2012), Octavio Ianni (2004), E. P. Thompson, (1998), Nestor Canclini (2015) e Terry Eagleton (2011).

Discutimos sobre essa temática em virtude do estudo de caso realizado na colônia do Apiaú¹ no município de Mucajaí-RR, resultado de uma dissertação de mestrado que revelou os impactos no modo de produção, na vida social e na cultura dos agricultores familiares que vivem do campo. Ao considerar as

transformações no cenário agrário, compreendemos que as políticas agrárias vêm contribuindo para mudanças sociais, políticas e culturais dos agricultores familiares através do modo de vida, da produção, da organização sociopolítica e das relações sociais do campo, ou seja, há uma dinâmica no espaço rural gestada pelo modo de vida dos agricultores familiares por meio da relação com a terra constituindo uma cultura própria que caminha de encontro às políticas públicas agrárias promovidas pelo Estado. Esses fatores têm contribuído para resistência ao modelo agrário vigente, isto é, a cultura também é uma ferramenta importante que faz frente ao modo de produção capitalista no espaço rural amazônico, no qual, estruturamos o debate em dois momentos: a agricultura familiar no cenário brasileiro e a cultura como resistência a estrutura agrária no campo.

A agricultura familiar no cenário rural brasileiro

Mediante o cenário da questão agrária e das políticas públicas para o campo percebemos a importância do tema na atualidade em virtude do processo de devastação ambiental, da exploração dos recursos minerais e principalmente pela grande concentração de terras na estrutura fundiária da Amazônia, “demonstrando o

caráter hegemônico do capitalismo agrário”. (Dataluta, 2017, p. 06). Esses fatores estão relacionados às questões que envolvem ocupações de terras através dos projetos de assentamentos, incentivos fiscais para empresas, políticas agrárias para o campo, conflitos, tensões, movimentos de trabalhadores rurais e camponeses na luta pela terra, revelando a realidade “sobre a vivência rural e sua dinâmica com diferentes atores sociais no campo”. (Becker, 2009, p. 84).

Quando se refere à multiplicidade dos sujeitos sociais no espaço rural é preciso destacar oposições de classes sociais: de um lado os latifundiários e empresários que se apropriam da terra para o agronegócio e acúmulo de capital e, de outro, os trabalhadores rurais, que precisam do uso comunal da terra para sobrevivência e garantia do seu sustento, sendo que “o modelo de produção do campo consiste em perpetuar e manter as estruturas existentes das velhas oligarquias rurais, os interesses dos grandes latifundiários e as políticas públicas agrárias direcionadas aos interesses do capital garantindo o *status quo* da sociedade”. (Prado Júnior, 2000, p. 225).

Essa contradição revela relações de poder entre dominantes e dominados, exploradores e explorados, levando a compreender que a estrutura social da

realidade do campo emerge a partir do poder econômico fazendo surgir à luta de classe. Essa luta é histórica e dialética ocorrida ao longo da história das diferentes sociedades:

A história de todas as sociedades que existem até hoje é a história de luta de classes. Homem livre e escravo, patrício e plebeu, barão e servo, mestres e companheiros, numa palavra, opressores e oprimidos, sempre estiveram em constante oposição uns aos outros, envolvidos numa luta ininterrupta, ora disfarçada, ora aberta, que terminou sempre ou com uma transformação revolucionária de toda a sociedade, ou com declínio comum das classes em luta. A nossa época, a época da burguesia, caracteriza-se, entretanto, por ter simplificado os antagonismos de classe. A sociedade inteira vai-se dividindo cada vez mais em dois grandes campos inimigos, em duas grandes classes diretamente opostas entre si: burguesia e proletário. (Cotrin, 2011, p. 45-46).

Diante da análise afirmada por Cotrin (2011), a luta de classe torna-se latente na consolidação da burguesia ao poder percebendo que essa contradição encontra-se presente na questão agrária, de um lado o Estado com políticas agrárias de apoio aos latifundiários e ao agronegócio, de outro a resistência dos agricultores familiares na busca pelos direitos sociais básicos para garantir sua sobrevivência por meio do trabalho realizado na terra.

Historicamente os sujeitos do campo foram marginalizados e explorados pela

classe que se apropria da terra, garantindo-a como instrumento de produção e acúmulo de capital ao utilizar a força de trabalho do explorado para fabricação de mais-valia considerando que “dada à extensão da jornada de trabalho, a taxa de mais-valia é determinada pela proporção em que a jornada de trabalho se divide em trabalho necessário e mais-trabalho”. (Marx, 2017, p.479). Nesse sentido, os sujeitos que estão desprovidos da terra e dependem dela para o sustento no espaço rural, embora exista heterogeneidade nas relações sociais e valores culturais, está constituído pela cultura dominante e cultura dominada.

A análise ocorre a partir da categoria rural agricultores familiares, buscando compreender seu processo de constituição, implicações sociológicas, antropológicas e culturais sobre a realidade social inerente a dinâmica do espaço rural. Pretendemos apontar a cultura dos agricultores familiares como mecanismo de resistência ao sistema de dominação agrária com base no estudo de caso na colônia do Apiaú no município de Mucajaí-RR expondo questionamentos sobre a ruralidade amazônica: Quem são os diferentes sujeitos que compõem o espaço rural através do trabalho na terra? Como foi construída historicamente a identidade dos agricultores familiares? Em particular, de

que forma a cultura dos agricultores familiares apresenta resistência à estrutura agrária por meio da implantação das políticas agrárias para o campo?

Em face aos diferentes sujeitos que constituem o campo, buscamos autores que discutem a identidade dos agricultores familiares no contexto atual, tendo consciência que a análise proposta não esgota o debate, pelo contrário, abre um leque de reflexões sobre o processo histórico das relações sociais dos agricultores familiares no contexto das políticas agrárias. O debate sobre cultura não é tarefa simples, tendo vista a multiplicidade de conceitos que essa terminologia abrange, entretanto, trata-se de expor a importância da cultura como uma produção humana que o modifica enquanto ser social e histórico, pois “a cultura em seu sentido largo, é todo o conjunto de obras humanas”. (Mello, 2002, p. 25), que está sempre em movimento dinâmico, mutável e híbrido, pois, cada grupo social constitui sua cultura a partir do próprio modo de vida e das produções históricas.

A cultura não é unicamente aquilo que vivemos. Ela também é, em grande medida, aquilo para o que vivemos. Afeto, relacionamento, memória, parentesco, lugar, comunidade, satisfação emocional, prazer intelectual, um sentido de significado último: tudo isso está mais próximo, para a maioria de nós,

do que cartas de direitos humanos ou tratados de comércio. (Eagleton, 2011, p. 184).

A afirmação de Eagleton (2011) corrobora com as discussões sobre cultura no meio rural que se propõe aqui, pois relaciona o que fazemos no mundo e o que o mundo nos faz, expondo a cultura como construção material dialética, ativa e em movimento, de tal modo, a cultura dos agricultores familiares é resultado das mudanças ocorridas no espaço rural que está relacionada à totalidade e a contradição da realidade, onde produzem a vida material. Portanto, sendo um processo dinâmico e em constante transformação, sofre influência global e nacional da modernidade, definido por Canclini (2015) como *hibridização*, embora as culturas possuam formas próprias de organização e características que lhes são específicas, se entrelaçam entre a vida cotidiana e o desenvolvimento tecnológico, apropriando de valores heterogêneos constituídos nessas relações sociais, pois:

Também são encontradas estratégias de reconversão econômica e simbólica em setores populares: os imigrantes camponeses que adaptam seus saberes para trabalhar e consumir na cidade ou que vinculam seu artesanato a usos modernos para interessar compradores urbanos; os operários que reformulam sua cultura de trabalho ante as novas tecnologias produtivas; os movimentos indígenas que reinserem suas demandas na política transnacional ou em um

discurso ecológico e aprendem a comunicá-las por rádio, televisão e internet. Por essas razões, sustento que o objeto em estudo não é a hibridiz, mas processos de hibridização. A análise empírica desses processos, articulados com estratégias de reconversão, demonstra que a hibridização interessa tanto os setores hegemônicos como aos populares que querem se apropriar-se dos benefícios da modernidade. (Canclini, 2015, p. 22).

A assertiva de Canclini (2015) explicita a relação entre o “moderno” e o “atrasado”, a dinâmica de um mundo mais conectado, tecnológico, em constante comunicação com as tradições e os costumes populares, proporcionando novas relações culturais que são constituídas de diversidades, fazendo com que os membros de cada grupo social se apropriem de valores culturais heterogêneos, no entanto, destacamos nas contribuições do autor a abordagem das contradições e conflitos existentes entre cultura dominante e cultura popular, pois partimos desta análise para compreender a luta de classe no espaço rural, representada através dos agricultores familiares como cultura popular do campo fabricada por meio de mudanças nas redes de informações e ações nacionais e globais, principalmente na implantação de políticas públicas agrárias.

O campo apresenta um espaço de contradições em virtude do seu processo

histórico de concentração latifundiária e da monocultura produtiva de exportação mantendo a estrutura agrária (Ianni, 2004), pois, historicamente a cultura popular ficou reprimida e subjugada pelas elites rurais que desprezam os valores culturais dos sujeitos excluídos do acesso a terra, ou seja, é a cultura popular, permeada de valores, que predomina nos costumes, na linguagem, nas tarefas agrícolas, na base doméstica familiar e na organização social, pois;

Pode-se dizer que a diversidade das culturas populares constitui sua riqueza; ao menos qualquer redução dessa diversidade é vivida como um empobrecimento. Essa diversidade permite, para dizê-lo com maior precisão, perceber que as culturas populares não são apenas culturas dominadas, mas que possuem autonomia simbólica, isto é, capacidade para engendrar seus próprios sistemas de significações. Mas a propriedade essencial dessa diversidade é, sem dúvida, sua ambivalência. (Grignon, 2009, p. 182).

Para o autor há elementos de oposição entre a cultura popular e a cultura dominante, sendo a primeira suprimida pela segunda através de ideologias “utilizadas como alibi para manutenção de privilégio de um grupo social sobre outro”. (Santomé, 2009, p. 168), uma vez que, é preciso trabalhar para ressaltar a autonomia da cultura popular na resistência à ideologia burguesa, algo evidente no

modelo agrário amazônico, sendo que, uma é definida pela sua autoprodução econômica baseada no núcleo familiar, nos costumes e na linguagem em comum representada pela riqueza de sua identidade, capaz de criar formas de enfrentar e resistir à classe dominante, enquanto a outra é definida pela opressão e exploração. A cultura, seja no espaço social urbano ou rural, promove mudanças nas relações sociais, de forma dialética e dinâmica:

Contudo, a vida urbana transgride a cada momento essa ordem. No movimento da cidade, os interesses mercantis cruzam com os históricos, estéticos e comunicacionais. As lutas semânticas para neutralizar, perturbar a mensagem dos outros ou mudar seu significado, e subordinar os demais a própria lógica, são encenações dos conflitos entre as forças sociais: entre o mercado, a história, o Estado e a luta popular para sobreviver. (Canclini, 2015, p. 301).

Enquanto Canclini (2015) aponta que os diferentes espaços ao longo do processo histórico sofrem transformações construindo novas culturas e espaços de poder chamada de culturas híbridas e poderes oblíquos por meio das “novas modalidades de organização da cultura, de hibridização das tradições de classes, etnias e nações requerem outros instrumentos”. (Canclini, 2015, p. 283). Portanto, é com este fundamento que destacamos a cultura dos agricultores

familiares como algo construído a partir do modo de sua organização social relacionada à questão agrária em contraste entre a vida rural e a tecnologia. O termo “agricultura familiar” revela opinião e debate divergente em virtude da abordagem histórica e política à luz do processo histórico-cultural que essa categoria representa em sua epistemologia.

A etimologia agricultura familiar é utilizada aos sujeitos do campo, principalmente aqueles atendidos com políticas agrárias desenvolvidas pelo Estado (Lustosa, 2012). Compete pensar sua origem a partir da totalidade, ou seja, é resultado dos ajustes neoliberais que provocam transformações sociais e econômicas no cenário agrário promovendo políticas agrárias de mercadoⁱⁱ que atuam como ações compensatórias e paliativas no espaço rural (Wanderley, 2009; Lustosa, 2012; Pereira, 2010). Expor sobre agricultura familiar e as características no meio rural é preciso conhecer as raízes históricas de ocupação no país, onde o meio urbano sempre ficou atrelado ao rural e a produção do campo, pois as políticas agrárias do Brasil tem em sua gênese o discurso ideológico das elites agrárias capitalistas afirmando que o país possuía uma vocação natural para a agricultura, considerando a terra como principal motor do desenvolvimento da

nação (Martins, 2010). Portanto, a formação dos latifúndios alicerçaram as condições da produção agrícola baseada na monocultura, que permanece atrelada ao capital até os dias de hoje e vinculada ao modelo produtivo capitalista agrário, viabilizando o acúmulo de extensões de terras para atender as novas demandas do mercado, pois “a agricultura se desenvolve e se transforma segundo interesse do capital centrado na indústria nacional e estrangeira”. (Ianni, 2004, p. 242).

Com a abertura ao capital estrangeiro e as inovações tecnológicas no espaço rural, o país ganha novas vertentes e demandas para agricultura, seja por incentivos fiscais, insumos agrícolas ou pela necessidade de modernização do campo, tanto para a produção agrícola quanto para o agronegócio. Essas mudanças intensificam-se a partir de 1990 com a política neoliberal, buscando atingir demandas para expansão capitalista. A esse respeito Sauer e Pereira (2006) afirmam que:

Nos primeiros anos da década de 1990, por razões econômicas e políticas, a reestruturação capitalista neoliberal parecia não ter limites. A economia mundial vivia uma nova onda de expansão financeira. Com a implosão do chamado “socialismo real”, a transição para o capitalismo ocorria na ex-União Soviética e no Leste Europeu sem qualquer gradualismo. (Sauer & Pereira, 2006, p.13).

Para corroborar com a afirmação acima, entendemos que o novo modelo de produção surge em detrimento do modelo atrasado e defasado que não atende mais as necessidades sociais do mercado cedendo espaço para o crescimento do capitalismo no campo. Logo, verifica que “o desenvolvimento da agricultura brasileira resultou da aplicação de um modelo modernizante, de tipo produtivista, sobre uma estrutura anterior, tecnicamente atrasada, predatória dos recursos naturais e socialmente excludente”. (Wanderley, 2009, p. 45).

O progresso e a modernização apresentam-se como os agentes que transformam o cenário agrário de produção, mostrando que o modelo da estrutura agrária anterior não atendia as novas demandas para agricultura de grandes extensões de terras improdutivas e de baixa produtividade agrícola evidenciado pelo discurso do desenvolvimento e do progresso no espaço rural com a mecanização da agricultura para superação do atraso no campo, pois:

No caso brasileiro, é possível afirmar que a modernização da agricultura se efetou sobre a base de relações sociais que cristalizaram o predomínio do proprietário sobre o produtor. Isto é, a propriedade da terra ainda constitui, no Brasil, um elemento organizador da atividade agrícola. O caráter produtivo da agricultura é aqui subordinado a dinâmica gestada a partir da

propriedade fundiária. (Wanderley, 2009, p. 46).

Dessa maneira, para a autora, o discurso sobre a modernização da agricultura brasileira é resultado das mudanças sociais, no qual ela define como “pacto social” entre o Estado e os latifundiários para suprimir a defasagem do Estatuto da Terraⁱⁱⁱ que não se revelou eficaz nas duas vertentes propostas: a reforma agrária e o desenvolvimento da agricultura, pois a modernização da agricultura torna-se uma bandeira das elites agrárias para expansão do agronegócio através do progresso e mecanização da produção no campo.

Pela ótica revelada nas proposições, o conceito agricultura familiar é construído a partir das mudanças sociais e econômicas ocorridas na atualidade, ou seja, a dinâmica rural tem provocado rupturas e os sujeitos do espaço rural também sofreram transformações, adaptando-se as novas exigências, onde o agricultor familiar precisa de novos conhecimentos técnicos para trabalhar. Nesse contexto, os sujeitos do campo, que também se apresentam dinâmicos as transformações, adaptam-se as novas estruturas sociais existentes, assumindo a terminologia agricultor familiar. Ora, se estamos discutindo sobre o significado de agricultura familiar no contexto rural é importante pensar que essa

conceituação ocupa um lugar importante no cenário econômico vigente, em virtude das novas demandas sociais ocorridas nos últimos anos no campo. Para Wanderley (2009) a definição de:

Agricultura familiar corresponde a uma certa camada de agricultores, capazes de se adaptar as modernas exigências do mercado, em oposição aos demais “pequenos produtores” incapazes de assimilar estas modificações. São os chamados agricultores “consolidados” ou que têm condições, em curto prazo, de se consolidar. Supõe que as políticas públicas devem construir as bases para formação desse segmento. Esta posição é defendida com uma maior elaboração teórica. A ideia central é que o agricultor familiar é um ator social da agricultura moderna e, de certa forma, ele é o resultado da própria atuação do Estado. Na Europa, esta posição é reforçada pelo fato de que não só as políticas agrícolas nacionais, como a própria Política Agrícola Comum-PAC, definiram como modelo de estabelecimento agrícola o estabelecimento familiar, composto por duas unidades de trabalho, o casal familiar. (Wanderley, 2009, p. 186).

O termo agricultor familiar emerge das políticas agrárias de Estado e do discurso das elites agrárias em promover a modernização da agricultura para consolidação e expansão do agronegócio. Lustosa (2012) também caminha no mesmo sentido ao afirmar dois modelos na agricultura a partir dos anos 90: a agricultura patronal que corresponde ao segmento fundiário para atender o

agronegócio e o capitalismo; e a agricultura familiar para atender as necessidades impostas pelo capital por meio da mão de obra no campo. A esse respeito ressalta que:

Hoje a agricultura familiar ressurgiu revalorizada como setor potencialmente capaz de ajudar no crescimento da “nova economia social de mercado”, mas não fica claro em que condição esse segmento poderá concorrer com o forte poder que exerce o agronegócio e como modelo agrário que se expande em sintonia e com fortes influências do governo. (Lustosa, 2012, p. 89-90).

A agricultura familiar surge como um ator social moderno gestado das políticas agrárias de mercado, tornando-se uma categoria sociológica específica com características próprias, valores culturais identitários e organização social particular germinada através das mutações econômicas vigentes, tais como: necessidade de modernização do campo, política de financiamento no meio rural, acesso aos bens de consumo, mecanização do trabalho agrícola, regulamentação e legalização do mercado de terras, incremento do capital fixo de insumos agrícolas, da resistência à estrutura agrária capitalista, na disputa para garantir o direito a produção e posse da terra. Desse modo, em função dessas mudanças, a categoria agricultura familiar constitui uma identidade singular por meio de suas

histórias, vivências, experiências com a terra, modo de vida, tradição familiar e cultura própria que compõe conhecimento sobre a ruralidade, pois;

Não podemos esquecer que qualquer comunidade humana trata sempre de salvaguardar sua cultura, já que é dessa maneira que assegura sua continuidade. A cultura de cada povo não traduz outra coisa que seus constructos conceituais, seus sistemas simbólicos, seus valores, crenças, pautas de comportamentos, etc. Por conseguinte, toda cultura específica supõe o “acervo de saber” de onde se abastecem de interpretações os participantes na comunicação ao entender-se entre si, sobre algo no mundo. (Santomé, 2009, p. 168).

Aponta-se a cultura como diferencial na forma da própria organização social e política dos grupos humanos que se apropriam dos valores culturais produzidos historicamente e através deles, interpretam o mundo e se modificam no mundo, por isso os agricultores familiares internalizam os valores produzidos nas relações sociais, interpretam a realidade e a dinâmica do espaço rural ao agir no mundo, criando condições de resistência ao tecido social rural, isto é, os agricultores familiares apresentam cultura própria gestada na relação com a terra proporcionada pela linha de financiamento para produção agrícola, resultado das políticas agrárias desenvolvidas no governo Fernando Henrique Cardoso – FHC (1995-2002), tais

como: Proterra, Cédula da terra, Procera, Pronera e Pronaf. Apontamos o Programa Nacional do Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf, em virtude de sua importância na agricultura, passando a ganhar notoriedade no cenário agrário nacional (Brasil, 2003).

O Pronaf foi destinado não somente aos segmentos sociais mais marginalizados do campo, mas para atender diferentes atores do setor produtivo, pois “o Pronaf implantado no Brasil nos anos 1990, apesar dos limites conhecidos à sua efetivação constitui expressão de mudança favorecendo aos trabalhadores rurais acesso a crédito”. (Wanderley, 2009, p. 308). Ou seja, é uma política nacional para fortalecimento da produção agrícola direcionada as famílias de trabalhadores do campo, criada em 1996 com o discurso de potencializar e estruturar a agricultura através de pequenos financiamentos no campo. A finalidade desse programa, além de desenvolver a produção agrícola no campo, também propôs “estimular a geração de renda e melhorar o uso da mão de obra familiar por meio do financiamento de atividades e serviços rurais agropecuários e não agropecuários desenvolvidos em estabelecimento rural ou em áreas comunitárias”. (Banco Central do Brasil, 2014, p. 58).

Embora a política do Pronaf não seja o escopo da discussão, ela representa a constatação da relação entre políticas agrárias e capitalismo no campo, sintetizada em três aspectos: mudanças no modo de produção através de equipamentos tecnológicos e recursos humanos capacitados para potencializar a produção; linhas de créditos destinadas aos agricultores familiares mais capitalizados ampliando a concentração fundiária e; mudança no modo de vida do campo provocado pelo programa através da cultura produzida na agricultura familiar (Feitosa, 2013, p. 68). Discutir sobre os impactos desta política agrária exige análise específica, por isso a proposta está direcionada a cultura dos agricultores familiares como forma de resistência à estrutura agrária, tendo como *locus* a colônia do Apiaú.

A cultura como resistência à estrutura agrária: o caso dos agricultores familiares na colônia Apiaú-RR

Para compreender a conjuntura histórica da ocupação no campo é preciso perceber o legado da questão agrária herdada dos colonizadores, exposta por Octavio Ianni no livro “*Origens Agrárias do Estado Brasileiro*” ao afirmar que a história do país foi eminentemente agrária, mesmo nos conflitos urbanos houve o

envolvimento com a terra, fatores que conduzem a entender o processo de constituição dos sujeitos sociais do campo e as implicações sociológicas, antropológicas da questão agrária no Brasil.

Um ponto importante sobre a questão agrária é perceber que as tensões no campo foram arrefecidas com implantação de políticas públicas agrárias, tais como: os projetos de colonização, o plano nacional de reforma agrária e programas de financiamento para produção agrícola, pois é um espaço de conflitos entre latifundiários e agricultores familiares, sendo que este último busca o modo de produção agrícola baseado no núcleo doméstico e produção familiar, enquanto os latifundiários têm como premissa a acumulação de capital e concentração de terras (Brasil, 2003). Neste sentido, analisamos a organização política e social dos agricultores familiares do Apiaú contemplados com o Pronaf, identificando os impactos socioeconômicos dos investimentos nas unidades produtivas. O Apiaú é uma região de colonização localizada a 52 km da sede do município de Mucajaí-RR, criado na década de 1980 para garantir terras a crescente migração advinda das políticas de colonização nacional, está situado nas calhas dos rios Mucajaí e Apiaú distribuído em 23 vicinais

ao longo da rodovia estadual 325 com um total de 3000 mil famílias assentadas.

De acordo com o depoimento do diretor do Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural - DATER, órgão responsável pelo assessoramento aos agricultores familiares em Mucajaí-RR, especificamente no Apiaú, destacou que:

Poucos agricultores que tiveram acesso conseguiram ampliar e diversificar a produção aqui no Apiaú, muitos investiram em pecuária, piscicultura, tubérculos e banana. Mas o que observou foi à expansão dos grandes latifúndios que vão expulsando os pequenos agricultores familiares de suas terras obrigando-os a vender seus pequenos lotes. Acredito que é possível garantir melhores condições de vida no campo, desde que os agricultores se organizem através dos sindicatos e dos movimentos sociais para garantir os direitos básicos e melhorar as condições de vida no campo. Trabalho aqui há 20 anos na agricultura e vejo as dificuldades dos agricultores, como falta de apoio do governo, estradas ruins, falta de escolas, postos de saúde, condições de produção. (Técnico Agrícola do Apiaú, 2014).

Percebemos na expressão do técnico agrícola a expansão do latifúndio e da pecuária no Apiaú, ou seja, ampliou a concentração de terras em área de colonização agrícola deixando claro que não atingiu os resultados esperados, entretanto, vamos nos ater a cultura da organização social e política dos agricultores familiares como forma de

resistência à estrutura agrária capitalista, que definimos em dois momentos: os depoimentos dos agricultores familiares contemplados com o Pronaf expõem a relação com a terra e as condições socioeconômicas dos beneficiados revelando melhoria de vida no campo.

O primeiro momento revelado nos depoimentos mostram alguns avanços e conquistas sociais no acesso ao crédito possibilitando condições objetivas de produção, tais como: insumos, técnicas e manejo da terra, ou seja, os recursos contribuíram para instalação de unidade produtiva, conforme relataram os agricultores familiares contemplados com o Pronaf em diferentes vicinais do Apiaú:

O Pronaf me ajudou no Apiaú, se não tivesse esse apoio para o produtor já teria indo embora pra cidade, tive oportunidade de crédito e levantar dinheiro para investimento no lote. Entrevista 01 – agricultor Antônio Josemar, vicinal 08, agosto de 2014.

Apesar das dificuldades de financiar e de pagar o empréstimo os agricultores familiares do Apiaú hoje tem o gado graças aos recursos do Pronaf Entrevista 02 - Técnico agrícola da casa da agricultura no Apiaú, agosto de 2014.

Tenho minha produção de leite com ajuda do financiamento, hoje tenho minha casa boa, meu gado e até transporte. Entrevista 03 – agricultor Charles Ferreira, vicinal 08, setembro de 2014.

Consegui produzir com a ajuda do Pronaf, tive apoio para fazer irrigação da minha plantação de banana e poder vender fora. Entrevista 04 – Agricultor Francisco Serrador, vicinal 11, novembro de

2014 (Depoimento dos agricultores familiares contemplados com o Pronaf).

Observamos que a situação dos agricultores familiares contemplados com a política do Pronaf na colônia do Apiaú revelou satisfação de permanência no campo, possibilitou uma dinâmica na produção agrícola por meio de práticas no manejo na terra, prazer em produzir no lote, renovação na tradição familiar, nos valores culturais socialmente construídos e nas experiências cotidianas relacionadas ao campo, ou seja, a utilização da terra como forma de existência material e produção humana, aproveitando-a como núcleo produtivo na garantia de sustento as famílias e dignidade humana, isso representam aos agricultores familiares maior produção de alimentos, maior ocupação de mão de obra, maior diversidade de alimentos e menos extensões de terras para degradação ambiental, de acordo dados da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura – FAO (Fao, 2016), enquanto o agronegócio ocupa grandes extensões de terras, menor número de trabalhadores e maior concentração de lucro. A esse respeito:

Nos censos agropecuários realizados no Brasil desde 1950, a participação dos agricultores que têm menos de 100 hectares nunca se distanciou de 90% do total de estabelecimentos, e

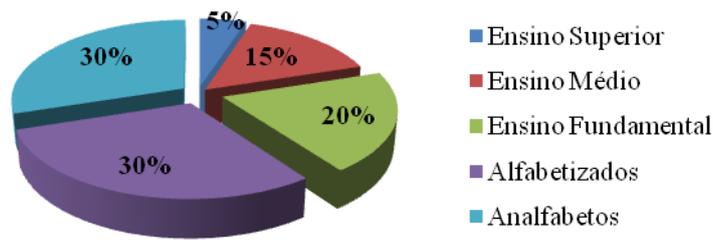
sempre lhes coube 20% da área, o que indica uma permanência extremamente duradoura desses produtores de pequeno porte por toda a segunda metade do século. Essa permanência no cenário agrícola, apesar dos constantes desafios, mostra que esse segmento está em constante mudança, compondo estratégias de sobrevivência e reprodução, as quais dependem do meio no qual os agricultores familiares estão inseridos, pois estes são responsáveis pelo maior produção agrícola no país. (Martins, 2010, p. 75).

O autor expõe a importância da agricultura familiar e a resistência que exerce no campo, apesar dos desafios, é consenso entre Martins (2010), Wanderley (2009) e Lustosa (2012) que a agricultura familiar tem um papel importante não só na produção de alimentos, mas também no seu modo de vida e construção dos valores simbólicos, ou seja, é exatamente o modo de vida do agricultor através da relação com a terra e na forma de produzir no campo que são construídos os valores culturais, o conhecimento do solo, as estratégias de plantio, o manejo da terra, o conhecimento das estações chuvosas, as habilidades com ferramentas de trabalho com a terra, as experiências vivenciadas e acumuladas a cada período de plantio e colheita, a apropriação dos saberes empíricos do campo, as relações de trocas e os períodos festivos no campo, todos são valores culturais produzidos historicamente por meio da vida material na relação com a

terra. Portanto, são exatamente esses princípios que os agricultores familiares estão constituindo, enquanto sujeitos específicos no modo de produção no espaço rural para garantir os direitos sociais básicos, advindas do acesso às políticas agrárias.

Com relação ao segundo ponto, os resultados sobre as condições socioeconômicas dos agricultores familiares revelaram que houve melhoria de vida no campo com acesso as políticas agrárias, mas precisa avançar nos indicadores sociais, a saber: escolaridade, experiência de trabalho e renda familiar. Um dos gargalos é a escolaridade, pois o relatório da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD revela que a escolarização média da população de 15 anos ou mais que vive no campo é apenas de 04 anos, corresponde quase metade da estimativa para a população urbana que é de 07 anos, fica evidente a necessidade de ações efetivas para a diminuição dessa discrepância, pois nos centros urbanos “a taxa de analfabetismo das pessoas de 15 anos ou mais chega a 8% e no campo chega mais de 20% da população adulta do meio rural”. (Pnad, 2016, p, 42). O gráfico 01 expressa essa realidade:

Gráfico 01 - Nível de escolarização dos agricultores familiares do Apiaú.

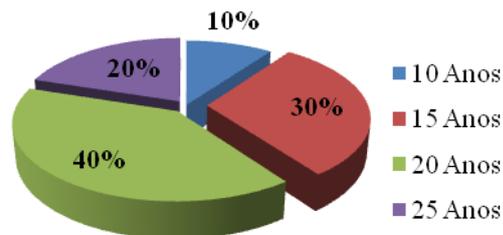


Fonte: elaborado pelo autor com base nos depoimentos (2014).

Os dados revelam que 80% dos agricultores não chegam ao Ensino Médio e o índice de analfabetismo atingiu cerca de 30% dos entrevistados, no entanto, isso não representa um obstáculo para desenvolver o trabalho no campo, uma vez que possuem experiências em trabalhar com a terra através dos conhecimentos empíricos das atividades rurais, a maioria adquiriu experiência com os pais, sendo

que todos conhecem técnicas de lavoura, plantio, roça, arado, cultivo, colheita, ferramentas, manejo e safra. Esses fatores mostram o tempo de experiência de trabalho no campo sobre os conhecimentos técnicos da agricultura familiar que nos conduz a perceber o período de vivência no espaço rural, conforme mostra o gráfico 02:

Gráfico 02: Tempo de experiência dos agricultores familiares no Apiaú.



Fonte: elaborado pelo autor com base nos depoimentos (2014).

O gráfico mostra que os agricultores familiares entrevistados têm muito tempo de experiência com atividades agrícolas no Apiaú, seja com a produção de alimentos ou com criação de animais, pois 60% têm mais de 20 anos de experiência agrícola no

campo, representando a base para constituição dos saberes culturais e dos valores simbólicos que estabeleceram ao longo dos anos de vivências, experiências, práticas e atividades por meio das relações sociais com a terra, fatores determinantes

para permanecer na propriedade. Thompson (1998) expõe que a cultura precisa ser entendida como sistemas de valores, formas simbólicas e significados compartilhados, ao considerar que:

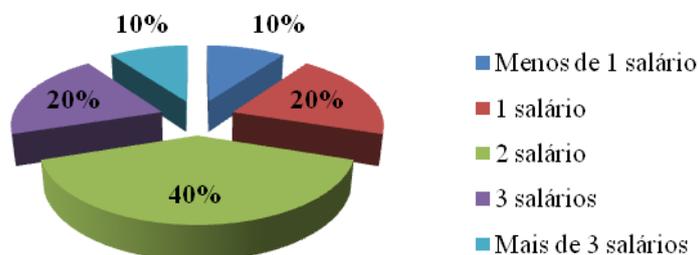
Cultura é também um conjunto de diferentes recursos, em que há sempre uma troca entre o escrito e oral, o dominante e o subordinado, a aldeia e a metrópole; é uma arena de elementos conflitivos que somente sob uma pressão imperiosa – por exemplo, o nacionalismo, a consciência de classe ou a ortodoxia religiosa predominante – assume a forma de um “sistema”. É na verdade o próprio termo “cultura”, com sua invocação confortável de um consenso, pode distrair nossa atenção das contradições sociais e culturais, das fraturas e oposições existentes dentro do conjunto. (Thompson, 1998, p. 17).

A assertiva coloca a cultura na centralidade dos conflitos e contradições existente na produção do espaço social, é exatamente essa mudança ocorrida no rural que surge como elemento predominante

para resistir à estrutura agrária. Isso pode ser verificado nos agricultores familiares contemplados com a política agrícola a melhoria social da vida familiar ao ampliar a renda e as condições socioeconômicas, isto é, o programa foi significativo para aumentar o rendimento doméstico, os recursos dos investimentos na propriedade e o acesso aos bens de consumo, como energia elétrica, água encanada, geladeira, televisão, transporte e outros.

O acesso aos recursos do Pronaf foi importante para obtenção dos itens domésticos, na geração da renda familiar e na capacidade de produção no campo, pois as políticas agrárias e políticas assistencialistas têm se apresentado como fenômeno que contribuiu para retirar milhões de família da pobreza^{iv}. O gráfico 03 revela a renda dos agricultores familiares:

Gráfico 03: renda familiar dos agricultores familiares do Apiaú.



Fonte: elaborado pelo autor com base nos depoimentos (2014).

Os dados evidenciam mudanças socioeconômicas dos agricultores

familiares, transformando a realidade social, a concepção do cenário rural, pois

“a terra tem sentido de reprodução do espaço de vida familiar, um sentido de autonomia, autogestão e liberdade”. (Feliciano, 2006, p. 26). Os resultados conduzem compreender que os impactos provocados pela política do Pronaf apresentam duas vertentes antagônicas no modelo socioeconômico: a primeira representa permanência e crescimento econômico local dos agricultores familiares através da produção agrícola e da renda constituindo-se de uma cultura própria do campo por meio dos saberes da terra; a segunda apresenta o fortalecimento de mercado, a exploração da mão de obra, ampliação do poder econômico transformando o pequeno agricultor familiar a serviço do sistema capitalista, tornando-se dependente da burguesia urbano-industrial. O que evidenciou no Apiaú foi constatar que uma área de colonização agrícola para agricultores familiares vem sendo transformada paulatinamente em latifúndios para pecuária extensiva funcionando como mecanismo de reprodução social do capitalismo no campo.

Por fim, apresento um quadro que destaca o processo de organização dos agricultores familiares na colônia do Apiaú, mostrando as experiências políticas e culturais como base orgânica do modo de

vida material construída através da relação com a terra, conforme revela o quadro 01:

Quadro 01: Organização política e cultural dos agricultores familiares do Apiaú-RR.

| Organização política e cultural dos agricultores familiares | |
|--|---|
| Eixos de discussão nas assembleias | Decisões deliberadas |
| Ampliar a produção agrícola de diferentes culturas (cultivo) no campo com o apoio do Estado e de Políticas Agrícolas. | Condições para diversificação da produção agrícola no Apiaú com apoio da Secretaria de Agricultura. Linhas de créditos com baixo custo para investir na produção agrícola; |
| Cursos de capacitação para incentivo a produção agrícola na colônia do Apiaú | Fornecer cursos de formação pelo SENAR e pelas Instituições de Ensino Superior para qualificar o agricultor no campo. |
| Exigência de serviços sociais para os agricultores familiares (escolas e postos de saúde) para as famílias dos agricultores. | Ampliar a rede de atendimento em escolas e postos de saúde para a região do Apiaú. |
| Organização da Festa do Agricultor Familiar do Apiaú com exposição dos produtos agrícolas e atividades culturais do campo. | Tradicional festa dos agricultores familiares com as tradições e costumes realizados anualmente. |

Fonte: Sindaf^v - Mucajaí-RR.

Na exposição do quadro é possível apontar dois fatores: o primeiro refere-se à questão política na organização dos agricultores ao discutir a realidade e a forma de sobrevivência na terra exigindo melhores condições de produção para sustento das famílias e acesso aos cursos de capacitação para formação dos agricultores familiares, ou seja, a questão

política está relacionada à luta de classe no enfrentamento as elites agrárias, as estratégias de organização de ação política frente às imposições do capitalismo, pois estas questões também estão relacionadas à cultura dos agricultores através das relações de existência e da produção material no campo. O segundo refere-se ao acesso dos serviços sociais básicos como saúde e educação que são extremamente precários no campo, além da exigência de um evento cultural que possa manifestar e expor as atividades simbólicas dos agricultores familiares sobre o espaço rural onde vivem e produzem suas tradições, costumes, valores, modo de vida, cultura, experiências e saberes, evidenciado nas manifestações culturais populares do campo, em particular a cultura, pois representa um movimento dialético para se libertar da condição de opressão e conquistar a liberdade de criação e autonomia, construindo um pensamento crítico que faça resistência à cultura burguesa latifundiária. A esse respeito destaca que:

Mas é necessário assimilar a cultura culta á cultura burguesa e preservar as classes populares do contato com ela em razão dos riscos de interiorização da ordem dominante ... contribuiria de uma forma ainda muito mais radical para conservação da ordem escolar e da ordem social dominante, uma vez que leva, por um lado, a reservar os saberes cultos para as classes dominantes e, por outro, a

preservar a santa ignorância, a inocência primitiva, a ingenuidade do povo ... É preciso, sem duvida, pelo contrário, trabalhar para ressaltar e reforçar a especificidade, a autonomia da cultura popular em relação à ideologia e cultura dominantes. (Grignon, 2009, p. 185-186).

Os valores culturais estão diretamente ligados aos costumes familiares que são transmitidos através de gerações, tornando uma ferramenta importante na formação política e social dos sujeitos do campo, pois “os costumes são definidos como uma lei ou direito que, estabelecido, tem sido e continua sendo diariamente praticado”. Thompson (1998, p. 107). As definições destacadas pelo autor esclarecem os costumes como valores historicamente construídos revelando o caráter cultural permeado no termo ruralidade. A essa questão destaca:

A teia dos costumes no contexto social percebe-se a intrínseca relação do cotidiano e das tradições existentes nos grupos de indivíduos que interferem nas relações sociais e políticas e contribuem para organização política e resistência contra o Estado, pois o processo de luta e resistência inicia-se nas relações sociais cotidianas provocadas pela insatisfação e opressão das classes dominantes. Os costumes estão claramente associados e arraigados às realidades materiais e sociais da vida e do trabalho. Os costumes podem fornecer o contexto em que as pessoas talvez façam o mais difícil de modo direto ... podem preservar a necessidade da ação coletiva, do coletivo de interesses, da expressão

coletiva de sentimentos e emoções dentro do terreno e domínio dos que dele co-participam. (Thompson, 1998, p. 22).

A afirmativa chama atenção pela visão crítica da valorização dos costumes, da cultura e das relações sociais dos dominados como processo de luta política ao modelo econômico capitalista que vai impondo suas regras e normas através da ideologia burguesa, portanto, os valores construídos na produção agrícola, nos saberes, na organização política, nos conhecimentos da terra, na forma de pensar, agir, lutar e manifestar os valores e costumes dos agricultores familiares representa a natureza de resistência ao modelo agrário vigente. Com tudo, os pressupostos apresentados ainda exige um debate denso e aprofundado, mas foi possível evidenciar que a cultura tem papel imprescindível no processo de formação política e social, ela é o inimigo natural da alienação, a manifestação da atividade livre, universal e criativa do ser humano, é através da cultura que os sujeitos se apropriam dos saberes da terra, constitui a identidade, o processo histórico de luta, de resistência, da consciência de classe, do modo de vida, da representação dos significados simbólicos, dos valores culturais, da dinâmica social e da liberdade para interpretar a realidade e, em particular

para resistência à exploração a estrutura agrária.

Considerações finais

É importante salientar que, embora seja necessário discutir e aprofundar mais essa temática, o espaço rural encontra-se permeado de problemas estruturais, tais como: desigualdade, violência, concentração fundiária, expansão do capital, conflitos rurais e exploração, logo o processo de organização e resistência do campo existe antes da própria organização institucional da classe, ou seja, mesmo sem a existência do sindicato da categoria, há resistência e insatisfação dos sujeitos do campo em detrimento das próprias condições sociais de sua existência.

Apontamos a importância da cultura construída a partir da categoria agricultura familiar que representa resistência ao processo de expansão do capitalismo e das políticas agrárias atreladas ao modelo econômico que acentua a concentração latifundiária. Discutir sobre a questão agrária sob a ótica dos agricultores familiares como resistência ao modelo econômico vigente revela que, por um lado as políticas agrárias promoveram o surgimento de uma nova categoria do campo gestado a partir das transformações sociais e das políticas para o campo, por outro, essa nova categoria constituiu-se

permeada de valores culturais, estruturada na base material de existência por meio da produção agrícola do campo, fazendo frente ao modelo agrário.

Mesmo diante de algumas conquistas no campo, os desafios para promover mudanças através das políticas agrárias de créditos com a participação dos movimentos sociais rurais e entidades do campo comprometidas com o fortalecimento da agricultura familiar, ainda é um desafio a ser enfrentado com ações efetivas. Entretanto, evidencia a importância da cultura construída pelas relações sociais dos sujeitos do campo revelando-se como trincheira de resistência ao modelo estrutural latifundiário do Brasil, que ainda é concentradora, elitista e poderosa.

Referências

Becker, B. K. (2009). *Amazônia: geopolítica na virada do III milênio*. Rio de Janeiro: Garamond.

Banco Central do Brasil. (2014). *Os créditos do PRONAF e a agricultura familiar no Brasil*. Brasília-DF: IE.

Brasil. (2003). Ministério da Agricultura e do Abastecimento. *PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar*. Brasília, DF.

Canclini, N. G. (2015). *Culturas Híbridas: Estratégias para Entrar e Sair da Modernidade*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo.

Cotrin, I. (2011). *Karl Marx: a determinação ontonegativa originária do valor*. São Paulo: Almeida.

Dataluta. (2017). *Banco de Dados da Luta pela Terra: Relatório 2016*. Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária-NERA/UNESP, São Paulo.

Eagleton, T. (2011). *A ideia de cultura*. São Paulo: editora Unesp.

FAO. (2016). Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura. *América Latina e o Caribe: Panorama da Segurança Alimentar e Nutricional*.

Feliciano, C. A. (2006). *Movimento camponês rebelde: a reforma agrária no Brasil*. São Paulo: Contexto.

Feitosa, O. L. (2015). *Os impactos do PRONAF aos agricultores familiares na colônia do Apiaú em Mucajaú-RR* (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal de Roraima, Roraima.

Grignon, C. (2009) Cultura dominante, cultura escolar e multiculturalismo popular. In Silva, T. T. (Org.). *Alienígenas na sala de aula: uma introdução aos estudos culturais em educação* (pp. 178-189). Petrópolis/RJ: Vozes.

Ianni, O. (2004). *Origens Agrárias do Estado Brasileiro*. São Paulo: Brasiliense.

Lustosa, M. G. O. P. (2012). *Reforma agrária à brasileira: política social e pobreza*. São Paulo: Cortez.

Marx, K. (2017). *O Capital: crítica da economia política: o processo de produção do capital*. São Paulo: Boitempo.

Martins, J. S. (2010). *O cativo da terra*. São Paulo: Contexto.

Martins, J. S. (2000). *Reforma Agrária: O Impossível Diálogo*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo.

Mello, L. G. (2002). *Antropologia cultural: iniciação, teoria e temas*. Petrópolis: Vozes.

Pereira, J. M. M. (2010). *A política de reforma agrária de mercado do Banco Mundial: fundamentos objetivos, contradições e perspectivas*. São Paulo: Hucitec.

Prado Júnior, C. (2000). *A questão agrária no Brasil*. São Paulo: Brasiliense.

PNAD. (2016). *Pesquisa Nacional por Amostra de domicílios: síntese de indicadores 2015/IBGE*. Coordenação de Trabalho e Rendimento. Rio de Janeiro: IBGE.

Santomé, J. T. (2009). As culturas negadas e silenciadas no currículo. In Silva, T. T. (Org.). *Alienígenas na sala de aula: uma introdução aos estudos culturais em educação* (pp. 159-177). Petrópolis/RJ: Vozes.

Sauer, S., & Pereira, J. M. M. (2006). *Capturando a Terra: Banco Mundial, políticas fundiárias e reforma agrária de mercado*. São Paulo: Expressão Popular.

Thompson, E. P. (1998). *Costumes em Comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Companhia das Letras.

Wanderley, M. N. B. (2009). *O mundo rural como espaço de vida: reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade*, Porto Alegre - RS: Editora da UFRGS.

finalidade de atender a demanda de imigrantes no Estado (Feitosa, 2015).

ⁱⁱ A esse respeito destaca-se a leitura do livro “A política de reforma agrária de mercado do Banco Mundial” de João Márcio Pereira, que faz um balanço teórico sobre o modelo de reforma agrária de mercado – MRAM e sua implementação no Brasil com os resultados obtidos (Pereira, 2010).

ⁱⁱⁱ Estatuto da Terra foi uma das primeiras leis de regulamentação da reforma agrária do Brasil para criar condições de acesso a terra (Lustosa, 2012).

^{iv} De acordo com dados do IPEA, o Brasil retirou aproximadamente 22 milhões de famílias da extrema pobreza com os programas de transferência de renda e de acesso ao crédito, fatores que reduziram a desigualdade social no país. Fonte: Ipea (2013).

^v Sindicato dos Agricultores Familiares do município de Mucajaí-RR (2010). Observou-se a reunião dos agricultores familiares do Apiaí-RR durante três assembleias em que discutiam temas mais relevantes.

Informações do artigo / Article Information

Recebido em : 09/01/2019
Aprovado em: 06/03/2019
Publicado em: 11/12/2019

Received on January 09th, 2019
Accepted on March 03th, 2019
Published on December, 11th, 2019

Contribuições no artigo: Os autores foram responsáveis por todas as etapas e resultados da pesquisa, a saber: elaboração, análise e interpretação dos dados; escrita e revisão do conteúdo do manuscrito e; aprovação da versão final publicada.

Author Contributions: The author were responsible for the designing, delineating, analyzing and interpreting the data, production of the manuscript, critical revision of the content and approval of the final version published.

ⁱ Projeto de colonização criado em 1980 pelo INCRA no município de Mucajaí-RR com a

Conflitos de interesse: Os autores declararam não haver nenhum conflito de interesse referente a este artigo.

Conflict of Interest: None reported.

Orcid

Selma Suely Baçal de Oliveira

 <http://orcid.org/0000-0001-6765-4568>

Osmiriz Lima Feitosa

 <http://orcid.org/0000-0002-4930-9370>

Como citar este artigo / How to cite this article

APA

Oliveira, S. S. B., & Feitosa, O. L. (2019). A cultura como resistência à estrutura agrária: o caso dos agricultores familiares na colônia do Apiaú-RR. *Rev. Bras. Educ. Camp.*, 4, e6389. DOI: <http://dx.doi.org/10.20873/uft.rbec.e6389>

ABNT

OLIVEIRA, S. S. B.; FEITOSA, O. L. A cultura como resistência à estrutura agrária: o caso dos agricultores familiares na colônia do Apiaú-RR. **Rev. Bras. Educ. Camp.**, Tocantinópolis, v. 4, e6389, 2019. DOI: <http://dx.doi.org/10.20873/uft.rbec.e6389>